

emendar. Suspensa a discussão e votação do referido Projeto, foi apreciado o Projeto de lei número dezesseis. Em discussão houve divergência de colocações por parte dos Vereadores, ficando também suspensa a deliberação do mesmo para após o contato com o Prefeito Municipal. Com o comprometimento do Líder do Prefeito de marcar a reunião com o Alcaide na manhã do dia seguinte a sessão foi encerrada e a presente ata lavrada e se aprova da pelo Plenário, irá assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário. Adendo:

Os pronunciamentos havidos serão transcritos na íntegra e constarão nos anais da Casa.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP - ESTADO DE MATO GROSSO.

As vinte horas do dia dezesseis do mês de dezembro, de hum mil e novecentos e oitenta e nove reuniram-se extraordinariamente os Senhores Vereadores à Sala das Sessões da Câmara Municipal para deliberarem os projetos de lei números, quinze, dezesseis, dezessete e dezoito do Executivo Municipal, sendo que o Projeto de lei número dezessete, adentrou à Casa em substituição ao Projeto de lei número doze e o número dezoito em substituição ao Projeto de lei número quatorze, ambos rejeitados em sessão anterior, verificando quó-

rum legal, ausentes apenas os Vereadores José Pedro Serafini e João Lindrad Sampaio o Senhor Presidente. Waldemar Brandão, agradeceu e parabenzou a iniciativa do Prefeito, em ter convidado as lideranças das bancadas para em sua sala discutir as dúvidas com referência aos projetos. Entendeu o vereador que o povo havia ganhado pelas negociações havidas e a Câmara havia zelado pelo contribuinte, citando artigo acrescentado no projeto. Disse que estava vendo uma pequena luz que começava a diminuir e tinha quase certeza que era a luz do entendimento. Informou que viera à sessão para tomar decisões, que já foram tomadas pelo seu líder, deixando expresso sua aprovação de todos os projetos em pauta. Solicitou a seguir a Presidência, licença para retirar-se para atender compromissos assumidos com a campanha de Jorge Libreu, solicitou dispensa do interstício para votação dos Projetos. Se-deres fechariam o ano com e-have contatos com o Prefeito com respeito aos projetos. Informando que sua bancada consedia com o requerimento de dispensa do interstício regimental. Rodolfo Walter Kum-

ze, disse nunca ter aceitado o confinan-
to sem antes negociar, via a grande-
za dos homens que sentavam em seu-
mão para acordos. Não desmereceu o
quele que cedera, pois era fundamen-
to. A redenção de alguma parte. Dis-
se sentir firmeza na Presidência da
Casa que quando preciso foi soube
conduzir muito bem os trabalhos do
Poder Legislativo. Desejou que em su-
tras reuniões que houvessem, que
fosse democrático e fosse qualquer in-
tegrante de seu partido o representar.
Disse que o ano político se encerra-
va com nota dez, sendo favorável ao
interstício. Fernando Bispo Ferreira,
agradeceu a consideração feita pelo
seu líder. Disse que começava a ser
benéfica a atitude havida no dia
anterior em reunião. Deixou seu voto
favorável a votação única dos proje-
tos. Em votação a dispensa do inter-
stício regimental nos quatro projetos
sendo aprovado por unanimidade.
Em discussão ainda o projeto de lei
número quinze, Jonas Henrique de Li-
ma, disse que por ter estado fora dos
debates não tinha como se posicio-
nar, dizendo que se absteria de
dar sua posição. Desculpou-se por
não ter podido estar a par das
negociações. Honório S. S. S. agrade-
ceu a atitude do Prefeito por acei-
tar conversar com a Casa e seus

Líderes de Bameada, e que aquilo só engrandeceria nas decisões benéficas à população. Agradecer ainda ao Prefeito e Vereadores que conseguiram chegar em consenso. João Medeiros disse que não possui restrições pessoais com o prefeito, que suas restrições eram quanto aos projetos. Mencionou ter encontrado o Prefeito nas negociações mais aberto, mais maduro politicamente a conversação, dizendo que a Casa, a sociedade de modo em geral havia ganhado com aquelas negociações. Registrou que as vitórias que haviam sido conquistadas pelo Legislativo e não pela Bameada do PFL, do PL ou do PMDB, sendo aquelas vitórias significativas por que em futuro, o que estaria era simplesmente o texto de lei, e não se saberia naquela ocasião o que realmente aconteceria, no qual conseguiram significativas isenções de impostos, mas categorias sociais entidades de classes menos favorecidas e que fora uma vitória da Casa não uma vitória sobre o poder executivo, mais um avanço no sentido daqueles que ganham menos, pagam menos ou não pagam nada e a tributação ocorreria sobre aqueles que podem mais, pagariam mais, e que aquelas isenções constantes nos projetos fora uma vi-

tório do poder Legislativo, o desconto de trinta por cento no pagamento da taxa até trinta e um de março fora vitória do poder Legislativo, do qual deviam se orgulhar, e que qualquer cidadão comum quando lêsse a lista, tenha conhecimento, pois se não a situação passaria em branco. Não querendo mais pronunciar-se nos outros projetos, caso fossem discutidos, mas gostaria que ficasse efetivamente registrado o seu posicionamento. Osimar Martinelli, disse que fora grande batalha sua que os entendimentos ocorressem já a algum tempo. Agradeceu ao Executivo por ter dado a abertura ao Legislativo, e que no ano vindouro esta conquista permanecesse por todo o mandato restante. Em primeira e única votação o Projeto, fora aprovado por unanimidade. Logo continuo, fora apresentado o projeto de Lei número dezesseis, em discussão não havendo fora aprovado por unanimidade em única votação. Prosseguindo-se com os trabalhos, fora apresentado o projeto de Lei número dezessete, em discussão, não havendo nenhuma manifestação contrária fora aprovada em primeira e única votação por unanimidade. Após fora apresentado o projeto de

Lei número dezito, em discussão e nada havendo em contrário fora também aprovado por unanimidade em primeira e única votação. De acordo com as negociações havidas naquele dia, mostrou o Senhor Presidente, e pediu ao Vereador Osmar Martinelli o que estava secretariando a Mesa naquela noite, para que lesse o constante no Decreto número cinqüenta e quatro que fixou a U.R. Jorge Librey, disse que não sabia se era porque só o problema pois era empresário, que só era possível trabalhar, meio difícil trabalhar no país, e quem pagaria ia muitos funcionários como os madeireiros, sendo assim também o Executivo uma empresa que possui um quadro muito grande um ônus muito grande de funcionários. Disse que sempre fora a favor de que o Executivo se atesse ao fato da arrecadação pois só com ela faria grandes obras, sem a arrecadação, sem o apoio não sairiam obras em Sinop caso não fizessem obras tenderia simplesmente a se tornar mais uma cidadezinha do interior e os cidadãos que aqui se encontravam um dia cansariam e se retirariam. Deixou seu posicionamento, que daquela reunião do Casa com o Exe-

entivo, e a colocação de "Eu não sou
contrário por que eu acho", como
havia se colocado em momentos
antes, se faria necessário, mas do
que propôs o Executivo e do que
haviam conseguido do Executivo,
existiria uma grande virtude, uma
grande vantagem para aquele boovi-
zinhanos, e que realmente estaria
existindo um entrosamento. Mas
que a seu ver, aquelas bancadas
que queriam beneficiar a muni-
cipalidad que pagavam impostos,
que tinham sinceramente os preju-
dicado com a decisão tomada. Es-
clarecendo o porque, não achando
ele que prejudicaria, mas o que ho-
via proposto o Executivo nesta nego-
ciação feita, houvera um prejuízo
muito grande para as empresas
do Siniop, pois o Executivo Muni-
cipal possuía o poder de corrigir
a UR na sua integridade e que
daria a proximidade na inflação
naquele ano de hum mil e seiscentos
por cento, portanto a seu ver
dez cruzados a UR viria para cem-
to e sessenta cruzados, sendo que
reduziu em sessenta por cento a
UR e que não existia o convên-
io do Legislativo e jogou o núme-
ro de UR grandes, deixou claro
que não era este seu posiciona-
mento, e sim do bancada de opo-

sição, que a UR era muito para as empresas. Entendeu que era responsabilidade do Legislativo aprovar aquelas URs, e que com a negociação a UR que era cem cruzados, ela passaria a ser no final talvez hum mil e seiscentos ou dois mil cruzados, permanecendo a majoração de dez mil por cento do número de UR. Portanto nunca se preocupava em ser ouvido pelo Executivo, pedindo que se atendessem em próxima reunião com o Executivo, e que previa para a Pueratividades nas negociações, pois o Executivo se responsabilizava pela correção em um ano, e o Legislativo ficava responsável pelo total de UR planejado e o percentual maiorado, e o Executivo havia feito a obrigação dele, caiu para cem o valor da UR, sendo aquela a realidade que ocorrera naquele dia. Pediu que nas próximas negociações que ocorressem, com o quilate daquele dia que elas viessem como base para o Legislativo. João Medeiros, acompanhando, disse que não conseguia compreender o vereador Jorge Libreu, pois o mesmo na mesa de negociação daquele dia defendia ardorosamente uma majoração maior do proposta pelo Poder Executivo, e viu naquele Plenário quando estaria em

publico, disseram que não fazia opo-
pel de oposição, dizendo ser aquela
uma atitude de brineadeira. Justi-
ficando-se Jorge Libreu, disse não
ser contra, como se posicionara
por várias vezes anteriormente, e sim
precisava pagar-se, não era cargo
tributo em relação ao que se pro-
poro e que foi feito, jamais ho-
vio pedido ao prefeito para corrigir
a UR e sim que colocasse os cento
e sessenta cruzados pois seria dire-
to dele. João Medeiros, disse que o ve-
reador no meio de negociações que-
ria que fosse feito por decreto, uma
atualização do UR até trinta e um de
dezembro em cento e sessenta cru-
zados e que o Legislativo desse a
liberdade de corrigir mensalmente
a partir do ano vindouro, e agora
vinha a falar outra coisa não ad-
mitindo aquele tipo de atitude.
Jorge Libreu, disse que devia o poder
Legislativo e Executivo assumir a res-
ponsabilidade da correção, não dos
vereadores, que era um valor do exe-
cutivo, não era dos vereadores, se ele
colocasse cento e dez ou cinquenta, man-
ta era responsabilidade do Executi-
vo deste que não estropulasse a
Correção Monetária que daí teriam
que tomar providências, mas ja-
mais se colocara que devia colocar
mais URs por empresa e não se

colocara que deveria baixar mais
URs, mas como havia uma propos-
ta das demais baseadas a redu-
zir um terço das URs, também não
se opusera, isto era sua colocação,
que houvesse prejuízo em função da
conexão. João Medeiros, pediu ao ve-
reador permissão para dizer que,
ou ele estava ficando Louco, ou o
vereador estava ficando Louco, pois
teria outros dois vereadores que co-
nheciam o posicionamento do vere-
ador, na mesa de negociação. Jorge
Libreu, pediu ao vereador mencionar
qual era a sua colocação na
mesa. João Medeiros, disse que o
vereador sempre fora um ardoroso
defensor de uma tributação maior
ainda do que a dispendida, dizem-
do que o vereador colocara na
negociação da mesa naquele dia,
« Prefeito joga por decreto a UR em
cento e sessenta cruzados e aumento
e nem corrige mensalmente a UR »,
então ninguém compreendeu. Disse
que, o que achava interessante era
que agora o bonzinho, disse que
queria menos imposto para o cida-
dão, para o empresa, era o vereador
Jorge Libreu. Jorge Libreu, disse que de
maneira nenhuma estava se colocan-
do daquela forma e sim colocan-
do a responsabilidade de qualquer
uma das baseadas, estava dizendo

que houvera um prejuízo da negociação, achando que os contribuintes tem que pagar as taxas, achando que estava correto e que estaria dizendo simplesmente, inclusive o único defensor de sua proposição na reunião fora o Senhor Antônio Fontini que estivera presente, e que fora, que se aumentasse os sessenta por cento que faltava do Decreto aprovado em novembro do ano anterior, e de que reduzisse os sessenta por cento das URS, esta fora a sua colocação. O Senhor Presidente colocando seu posicionamento, disse que os emendados fora a proposta já feita pelo Prefeito desde o início. Jorge Libreu, disse que colocara que devia se fazer os sessenta por cento, mas do que vinha sendo discutido no caso não quer dizer isto, achando ser prejuízo da municipalidade, da negociação, e que era desta forma que se colocara. O Senhor Presidente informou que devia ter colocado sua posição na reunião. Jorge Libreu, mencionou ter colocado seu ponto de vista, sua proposta na mesa, e não estava negando seu voto favorável, concordando no momento, concordando também naquela noite, pedindo que nos próxi-

mas negociações que se atessem mais ao fato de onerar mais ainda a municipalidade. João Medeiros, pediu ao Senhor Presidente para fazer sua Declaração de Voto "Porque vejo bem... , é importante visto porque daqui a um dia, um mês, uma semana um mês dão pega as normas desta Casa e pode se confundir, pode se confundir, quem brigou na mesa de negociação hoje pro diminuir imposto, foi o bancada do PFL e o bancada do PMDB e Vossa Excelência, o vereador Jorge Libreu, brigou para aumentar imposto, mais ainda do que poder Executivo queria, mais ainda, isso é o resultado do caso, agora que ele vem dizer, que na negociação o contribuinte foi apenado, o contribuinte conseguiu fixar um VR que era para ter sido fixado em um mil e seiscentos por cento em um mil por cento ganhou seiscentos por cento de correção e não seiscento por cento o contribuinte conseguiu um desconto no imposto de trinta por cento e várias categorias e várias pessoas físicas; conseguiram o isenção de imposto, luta levada dentro do Prefeitura Municipal pelos duas bancadas e pelo Presidente do Casa, o vereador for-

ge libreu vem aqui no plenário
tífico toda uma situação, pinto
do um quadro, para depois ele sair
na rua e falar. Então eu fui con-
tra isto aí, eu quero mesmo, ora
isto não tem sentido, isto é uma
imaturidade, uma infantilidade, quer
dizer é um negócio até danoso a
casa, eu não posso concordar com
isso. Eu gostaria que o Senhor se-
cretário registrasse este pronuncia-
mento na íntegra, para que depois
não se venha alegar que o vereador
Jorge Libreu foi o bonzinho do his-
tórico e a casa inteira agiu contra
o cidadão[⇒]. O Senhor Presidente di-
rigindo-se aos vereadores, informou
que esteve presente as negociações na
aquele dia, e havia sido o primeiro
que chegara a Prefeitura e parti-
cipara ativamente. Disse ainda que
o vereador Jorge Libreu estaria contra-
dizendo do que fora combinado
na Prefeitura, dizendo que no dia
anterior o vereador havia sido um
dos que votara a favor da correção
da UR menor, enquanto que dois
outros membros do seu baneado
votaram contrários a correção, não
vendo motivo do vereador naquele
dia estar dizendo que não queria
a correção. Lembrou o Senhor Presi-
dente que a negociação fora em alto
nível e se o vereador não consen-

dava com a situação poderia ter colocado no momento da negociação, e não vir a casa querendo ser bonzinho depois de um acordo feito em comum entre as bancadas, não concordava e jamais concordaria. Menção que não estaria a casa para defender qualquer bancada e sim a realidade, havia sido eleito para defender o povo e estava tentando reconsiderar a imagem da casa e que poderiam hoje sair do debate erguido, dizendo serem vereadores de Sinop, pois haviam recuperado a imagem dos mesmos no município. Não permitiu jamais que depois de um acordo feito abertamente, com a maior sinceridade o vereador chegue a casa querendo ser bonzinho, e sua posição seria a mesma, mesmo ocupando somente a cadeira de vereador. Encerrando depois de seu pronunciamento a Sessão daquele dia, sendo esta ata Parada e se aceita foi lida assinada pelo Presidente e primeiro secretário.

Infaltem Justitiam

[Handwritten signatures and initials]
Dantinelli